

A RELAÇÃO ENTRE ACOLHIMENTO E ADAPTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL



GISELE BATISTA MAGRE DE OLIVEIRA

Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Nove de julho (2008); Graduação em Artes pela Faculdade de Educação Paulistana- FAEB (2020); Pós-Graduação em Psicopedagogia pelo Centro Universitário Anhanguera de São Paulo (2012); Pós-Graduação em Educação e Diversidade pela Faculdade Conectada Faconnect. (2025); Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo..

RESUMO

O acolhimento e a adaptação na Educação Infantil são compreendidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME) como práticas fundamentais para o bem-estar emocional, o desenvolvimento integral e a permanência qualificada das crianças nas instituições educativas. As diretrizes oficiais, como a Instrução Normativa SME nº 39/2019 e a Orientação Normativa SME nº 1/2015, orientam ações que envolvem o acolhimento de crianças e famílias, a organização cuidadosa dos espaços e tempos, e o respeito ao ritmo individual de cada criança. O acolhimento vai além do início do ano letivo, sendo uma postura pedagógica contínua que valoriza vínculos afetivos e escuta ativa. A participação da família é considerada essencial para o sucesso do processo de adaptação, contribuindo para a construção de práticas mais sensíveis, humanizadas e alinhadas às realidades das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Adaptação; Acolhimento; Vínculo; Família.

INTRODUÇÃO

A criança, enquanto ser social, tem sido objeto de diversos estudos nas últimas décadas. Ela interage ativamente com o meio em que está inserida, construindo e utilizando novas estruturas mentais, especialmente aquelas classificadas como superiores (Ferreira, 2006).

A partir dessa perspectiva, entende-se que o ser humano se constitui por meio da linguagem e das interações com o outro. Isso evidencia a natureza sociável da criança e marca o início de seu processo de alfabetização, que, teoricamente, tem início antes mesmo de sua entrada na escola.

Nesse contexto, destaca-se que, no início da vida escolar, a criança traz consigo uma bagagem de aprendizagens anteriores, mediadas por signos e instrumentos (Oliveira, 1992).

Essa fase, conhecida como Acolhimento e Adaptação, embora ainda pouco explorada academicamente, revela aspectos fundamentais do comportamento infantil e das interações iniciais em creches, sejam elas públicas ou privadas.

As crianças que chegam à Educação Infantil, geralmente entre 0 e 3 anos, carregam lembranças e experiências vividas no seio familiar até o momento em que cruzam a porta da instituição. É nesse primeiro contato com o ambiente escolar que elas compartilham seus saberes, colaborando com o processo educacional que ainda está em constante construção dentro da Pedagogia.

Durante o acolhimento, nota-se uma divisão entre os professores quanto ao aspecto afetivo da prática pedagógica: enquanto alguns mantêm um vínculo mais rígido com os fundamentos tradicionais da Pedagogia, outros adotam uma abordagem mais afetiva, próxima ao cuidado maternal. Ainda que esse período de transição seja pouco investigado, a afetividade, que deveria ser central neste processo, recebe ainda menos atenção.

É importante lembrar que, assim como para adultos, ambientes desconhecidos representam desafios, o que é ainda mais impactante para as crianças que iniciam a vida escolar. E não é apenas com os professores que elas se relacionam nesse início: diretora, cozinheiras, profissionais da limpeza, porteiros, todos são figuras que compõem o novo cenário social da criança, especialmente nos primeiros dias do ano letivo ou após o retorno das férias.

Segundo o site pedagógico Para Além do Educar, as autoras Santos e Godoy (2010) afirmam que o período de acolhimento é um cuidado essencial dentro do projeto educativo da instituição e representa um importante indicador da qualidade do serviço prestado. Elas também defendem que essa etapa deve estar integrada ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das creches.

Nosso objetivo é destacar a importância de abordar o acolhimento nos PPPs das instituições de Educação Infantil, tanto para as crianças como para seus pais.

A CRIANÇA EM DESENVOLVIMENTO

No campo da educação, ao estudar o desenvolvimento da criança — seja ele mental ou relacionado ao conhecimento em constante expansão — é essencial observar, como aponta Bee (2003) que:

“No mundo contemporâneo, torna-se cada vez mais relevante redefinir o papel da escola, com o objetivo de formar cidadãos capazes de participar ativamente de uma sociedade em contínua transformação. É preciso superar a fragmentação entre as diversas dimensões do desenvolvimento humano e transformar a escola em um espaço que amplie as experiências cognitivas, motoras, sociais e afetivas.” (Bee, 2003, p. 216).

Dessa forma, compreende-se que a função primordial da escola é promover o aprendizado e o desenvolvimento do ser humano, elementos fundamentais da condição humana. Nessa perspectiva, diversas abordagens educacionais apontam para a importância da interação entre as crianças,

convergindo com as concepções de Piaget e Vygotsky (2008), ao destacarem a interdependência entre desenvolvimento e aprendizagem.

As ideias de Piaget, apresentadas por Bee (2003) em *A criança em desenvolvimento*, refletem um percurso que valoriza as soluções dadas pelas crianças aos problemas, independentemente de acertos ou erros. Para Piaget, a lógica do pensamento infantil difere qualitativamente da lógica adulta, e foi a partir desse princípio que ele estruturou sua teoria psicogenética, após realizar extensas pesquisas sobre o raciocínio infantil. Ele defendia que o conhecimento se constrói a partir da ação mental da criança sobre o objeto.

Por outro lado, Vygotsky (2008) complementa essa visão ao afirmar que o conhecimento não é resultado apenas da biologia ou da experiência, mas da forma como o indivíduo organiza e interpreta essas experiências para resolver problemas.

Conforme Helen Bee (2003), os postulados de ambos os autores têm raízes epistemológicas profundas e distintas, mas se complementam em diversos aspectos.

De La Taille et al. (1984), ao comparar as abordagens de Piaget e Vygotsky, destaca que este último se concentrou especialmente nos processos internos da aquisição, organização e resolução do conhecimento, valorizando sua dimensão simbólica. Vygotsky se refere aos processos cognitivos como funções mentais e à consciência como um sistema interligado de funções. Ele afirma que:

“A organização dinâmica da consciência aplica-se ao afeto e ao intelecto. [...] Os processos pelos quais o afeto e o intelecto se desenvolvem estão profundamente enraizados em suas inter-relações e influências mútuas.” (Vygotsky, 1984, p. 64-65).

Ao abordar o desenvolvimento infantil e a aprendizagem, é indispensável considerar teorias que integrem o cognitivo e o afetivo, como defende Arantes (2002):

“Partimos da premissa de que, no cotidiano educativo, não há uma aprendizagem puramente racional ou cognitiva, pois os estudantes não deixam seus aspectos afetivos fora da sala de aula. Ao interagirem com os objetos de conhecimento, seus sentimentos, afetos e relações interpessoais estão presentes e atuantes.” (Arantes, 2002, p.15).

Essas reflexões reforçam que há diferenças significativas entre as crianças que ingressam na Educação Infantil, especialmente do ponto de vista social. Ainda assim, ao interagir com seus colegas e com o ambiente escolar, a criança em desenvolvimento é capaz de construir conexões fundamentais que irão impactar toda a sua trajetória de vida.

A AFETIVIDADE

Consideramos essencial fundamentar nossa abordagem em grandes referências da Educação, como Jean Piaget, Lev Vygotsky e Paulo Freire, que, cada um à sua maneira, ressaltam a importância da afetividade no processo de aprendizagem na Educação Infantil.

Piaget (1995) enfatiza que a aprendizagem não pode ser simplesmente transmitida de forma passiva para as crianças. Para ele, o papel do educador é fornecer elementos que ajudem o aluno a construir ativamente o seu conhecimento. Através da ação, da tentativa e do erro, mais do que pela

simples verbalização do professor, a criança organiza suas ideias e compreensões. É no diálogo sobre os equívocos, a partir deles, que o professor consegue perceber o que o aluno já domina. Além disso, Piaget reconhece a importância da afetividade no ambiente escolar, pois ela cria um espaço de respeito mútuo, fundamental para o desenvolvimento das relações interpessoais e para uma aprendizagem mais significativa.

Já Vygotsky (1984) propõe que o processo de ensino-aprendizagem se dê por meio de uma interação respeitosa e cooperativa entre professor e aluno. Ele entende o aluno como um ser ativo, cujos conhecimentos prévios e contexto cultural devem ser levados em conta pelo educador. O professor, por sua vez, atua como mediador, conduzindo o aluno além do que ele poderia alcançar sozinho. A principal distinção entre Vygotsky (1984) e Piaget (1995) reside no fato de que, enquanto Piaget vê a aprendizagem como um processo essencialmente individual, Vygotsky a concebe como uma construção coletiva e social.

Paulo Freire (1996), por sua vez, ressalta o papel do professor como alguém que compartilha seu pensamento com os alunos, desafiando-os e os envolvendo em seu raciocínio. Em suas palavras:

“O bom professor é aquele que, enquanto fala, traz o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.” (Freire, P. In: Linhas, 2007)

Essas reflexões mostram como Freire também valoriza a afetividade como componente essencial da prática pedagógica. Para ele, é essa proximidade afetiva que estabelece uma relação genuína e, ao mesmo tempo, confere autoridade ao professor.

Seber (1997, p. 216), citado por Kullo (Org), reforça essa visão ao destacar que, embora o aspecto cognitivo da aprendizagem seja frequentemente mais explorado, o emocional não pode ser negligenciado: “as construções intelectuais são permeadas passo a passo pelo aspecto afetivo, e ele é muito importante”.

Sob a ótica da psicanálise, Freud contribui com a noção de “transferência”, um conceito que ajuda a compreender a relação emocional entre professor e aluno. Melanie Klein (1926), conforme citada por Freitas em material educacional, observa que, em situações em que a criança é tomada pela angústia, o afeto demonstrado pelo professor pode ter papel crucial em resgatar o bem-estar emocional do aluno, tornando possível retomar o aprendizado com mais segurança.

DOCUMENTOS OFICIAIS DE SME GARANTEM O PROCESSO DE ACOLHIMENTO E ADAPTAÇÃO

Acolhimento e Adaptação na Educação Infantil: Diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Os documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME) estabe-

leem diretrizes fundamentais que orientam as práticas pedagógicas nas unidades de Educação Infantil da rede pública. Entre essas diretrizes, destacam-se as relacionadas ao acolhimento e à adaptação das crianças, especialmente no início do ano letivo ou em momentos de transição. Esses processos são compreendidos como etapas cruciais para o bem-estar emocional, o desenvolvimento integral e a permanência qualificada das crianças na instituição.

Acolhimento e Adaptação: mais do que um momento, uma postura pedagógica

A Instrução Normativa SME nº 39/2019 prevê que, no período compreendido entre os meses de dezembro e fevereiro, as unidades educacionais realizem ações que garantam o acolhimento das crianças e de suas famílias. Essas ações envolvem:

Convocação para matrícula dos bebês e crianças ingressantes;

Acolhimento das crianças que estão em continuidade na instituição;

Organização do processo de adaptação para as novas crianças.

O acolhimento não é visto apenas como uma etapa inicial do ano letivo, mas como uma prática contínua, que deve perpassar todo o cotidiano escolar. Trata-se de uma atitude da equipe pedagógica diante da chegada de cada criança, reconhecendo suas histórias, culturas, sentimentos e necessidades. O objetivo é fortalecer os vínculos afetivos entre crianças, profissionais da educação e famílias, estabelecendo um ambiente de confiança, escuta ativa e respeito mútuo.

A adaptação, por sua vez, é compreendida como um processo que respeita o tempo de cada criança. A presença da família durante os primeiros dias, a redução do tempo de permanência na unidade e a constância de educadores de referência são práticas recomendadas para garantir uma transição mais tranquila e segura.

Esses princípios estão inscritos no Plano de Trabalho das unidades educacionais, que deve contemplar estratégias para garantir um acolhimento sensível e humanizado, priorizando o bem-estar das crianças.

PADRÕES DE QUALIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

A Orientação Normativa SME nº 1/2015, que estabelece os Padrões Básicos de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, reforça a importância da organização do ambiente como um fator essencial no processo de acolhimento.

Entre os pontos destacados pela normativa estão:

- A gestão democrática, pautada no diálogo, na escuta e na construção coletiva das práticas pedagógicas, deve permear todo o funcionamento da unidade;
- A organização dos tempos e espaços precisa respeitar o ritmo individual de cada criança, garantindo oportunidades para vivências significativas, diversificadas e respeitosas;

- Os ambientes devem ser planejados para proporcionar segurança, liberdade de exploração, múltiplas linguagens e interações, assegurando que as crianças sejam protagonistas de suas experiências.

Nesse sentido, o acolhimento também se materializa nos espaços: salas organizadas com intencionalidade pedagógica, materiais acessíveis, espaços de descanso e brincadeira adequados e afetividade nas relações do dia a dia.

A participação da família é compreendida pela SME como elemento estruturante na construção de vínculos entre a criança e a instituição educativa. O processo de adaptação é mais efetivo quando a família é acolhida, informada e envolvida desde o início. Por isso, é fundamental que a unidade promova encontros, escutas ativas e estratégias de aproximação entre os profissionais e os responsáveis pelas crianças.

O fortalecimento dessa parceria contribui para a segurança emocional da criança, além de ampliar as possibilidades de diálogo entre os saberes familiares e os saberes escolares. A escuta sensível às experiências das famílias também permite construir uma prática pedagógica mais coerente com a realidade de cada criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acolhimento e a adaptação na Educação Infantil ressaltam a importância desse processo para o desenvolvimento integral das crianças. Ao longo deste artigo, ficou evidente que a criança, enquanto ser social, traz consigo uma rica bagagem de experiências e aprendizagens que influenciam sua interação com o ambiente escolar. O acolhimento, portanto, não deve ser visto apenas como um momento inicial, mas como uma prática contínua que envolve a construção de vínculos afetivos entre crianças, educadores e famílias.

A afetividade emerge como um elemento central nesse processo, sendo fundamental para criar um ambiente de confiança e respeito mútuo. As teorias de Piaget e Vygotsky, bem como as contribuições de Paulo Freire, reforçam a ideia de que a aprendizagem é um processo ativo e social, em que as emoções desempenham um papel crucial. A interação respeitosa e cooperativa entre educadores e alunos é essencial para que as crianças se sintam seguras e motivadas a explorar e aprender.

Além disso, as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo enfatizam a necessidade de um acolhimento sensível e humanizado, que respeite o tempo e as individualidades de cada criança. A organização do ambiente escolar, a participação da família e a escuta ativa são práticas que devem ser integradas ao cotidiano das instituições de Educação Infantil, contribuindo para um processo de adaptação mais tranquilo e eficaz.

Em suma, o acolhimento e a adaptação são etapas fundamentais que não apenas garantem o bem-estar emocional das crianças, mas também estabelecem as bases para um aprendizado significativo e duradouro. Ao priorizar essas práticas, as instituições educacionais podem promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde cada criança se sinta valorizada e capaz de desenvolver seu potencial pleno.

REFERÊNCIAS

ARANTES, L. A. **A afetividade no processo de ensino-aprendizagem**. 2002.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Editora Manole, 2003.

FERREIRA, A. **A construção do conhecimento na infância**. 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KULLOK, M. **A afetividade na educação: reflexões e práticas**. São Paulo: Edufal, 1997.

OLIVEIRA, M. A. **A construção da identidade da criança na educação infantil**. 1992..

SANTOS, M.; GODOY, A. **Acolhimento e adaptação na educação infantil: um cuidado essencial**. 2010.

SME - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. **Instrução normativa nº 39/2019**. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-de-educacao-sme-39-de-22-de-2019/detalhes/5fd7b2f614119228d2161d15>. Acesso 10 abr. 2025.

SME - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. **Orientação normativa nº 1/2015**. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/padroes-basicos-de-qualidade-na-qualidade-da-educacao-infantil-paulista-orientacao-normativa-no-01/2015/>. Acesso 10 abr. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S.; PIAGET, J. **A psicologia da educação**. 2008.